

Governo prepara a transição para nova equipe

Foram criados cargos temporários, inclusive uma diretoria no BC, para facilitar a troca

BRASÍLIA – Os preparativos para a transição não se resumem à área da dívida. A mais importante medida para a transição adotada pela atual equipe econômica é o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Dos US\$ 30 bilhões em empréstimos envolvidos no acordo, US\$ 24 bilhões serão sacados ao longo de 2003. Além de garantir um fluxo de dólares no ano que vem, o acordo com o Fundo prevê alguns compromissos cujo objetivo é evitar problemas fiscais no próximo governo.

O primeiro deles é encaminhar uma solução para o “buraco” que surgirá no Orçamento com a redução da alíquota da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) dos atuais 0,38% para 0,30% a partir de 2004. Para 2005, a alíquota cairá para zero.

Outro compromisso que consta no acordo é que o próximo governo deverá encaminhar ao Congresso Nacional uma solução para o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU), previsto para em 2004. A DRU é um instrumento que permite ao governo gastar verbas “carimbadas” em áreas diferentes de sua finalidade original e é considerada pelos técnicos um importante instrumento de alocação do gasto público.

Imposto – Na área de tributos, há um problema que deverá ser tratado em conjunto entre a atual e a nova equipe econômica: a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Do jeito que está, a atual legislação dá margem a duas interpretações, ambas diferentes da intenção original do Congresso Nacional: ou o reajuste de 17,5% nas faixas de rendimento da tabela progressiva de retenção na fonte promovido este ano deixa de vigorar, ou a tabela em si deixa de existir. A falha, ocorrida no Congresso Nacional, tem de ser corrigida neste ano.

Quando forem tratar desse assunto, os técnicos também poderão considerar outra questão do IRPF: a alíquota mais alta, de 27,5%, só será cobrada até dezembro de 2002. Depois, teoricamente, ela cai para 25%. Se quiser manter os 27,5%, o futuro presidente da República vai precisar da ajuda da equipe de Fernando Henrique para aprovar tal medida no Congresso Nacional ainda em 2002.

Pelo menos do ponto de vista administrativo, a nova equipe não terá dificuldades para trabalhar com a atual. Foram criados vários cargos temporários no governo, inclusive uma diretoria do Banco Central (BC), para facilitar a transição. Assessores do novo presidente poderão, por exemplo, participar das negociações da primeira revisão do acordo do Brasil com o FMI, marcada para novembro.

Os integrantes da equipe econômica também estão dispostos a viajar com seus sucessores, para facilitar os contatos da nova equipe com os interlocutores internacionais mais importantes, tanto em organismos multilaterais como o próprio FMI, o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como em equipes de governo estrangeiras e também junto a investidores.

“Estamos aqui há oito anos, conhecemos um bocado de gente e estamos dispostos a ajudar”, resumiu um integrante da equipe econômica. (L.A.O.)